

REGULAMENTO DO ALTO RENDIMENTO E DAS SELEÇÕES NACIONAIS



FPPM

Federação Portuguesa
do Pentatlo Moderno

Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno

RARSN - 2020

PREÂMBULO

O Desporto de Alto Rendimento reveste-se de especial interesse público na medida em que constitui um importante fator de desenvolvimento desportivo e de representação de Portugal nas competições internacionais. A necessidade de criar para os praticantes os meios técnicos e materiais necessários às especiais exigências da sua preparação desportiva, levou o Estado Português a enquadrar normativamente o desporto de Alto Rendimento que aparece assim enquadrado legalmente pelo D.L. 272/2009 de 01 de Outubro, pela Portaria 325/2010 de 16 Junho e Portaria n.º 103/2014 de 15 de Maio.

Este regulamento pretende, de forma objetiva, e em obediência à legislação vigente, estabelecer o quadro de obrigações e deveres e apoio a que estão abrangidos os praticantes de Alto Rendimento do Pentatlo Moderno e outros formatos competitivos como o Biatle, Triatle e Laser Run, tendo como base a aceitação dos seguintes pressupostos:

- Considera-se de Alto Rendimento a prática desportiva que corresponde à evidência de talentos e de vocações de mérito desportivo excecional, aferindo-se os resultados desportivos por padrões internacionais, sendo a respetiva carreira orientada para a excelência desportiva internacional;
- O Alto Rendimento é hoje reconhecido como um importante fator de desenvolvimento do desporto. Para além de representar um invulgar impacto no plano social, gera um interesse e entusiasmo pelo desporto que acaba por contribuir para a generalização da prática desportiva. O conceito está relacionado assim com um elevado cariz de eleição, rigor e exigência e por isso, só apenas alguns dos melhores praticantes se encontram abrangidos pela perspetiva deste nível de prática desportiva;
- Consideram-se praticantes de Alto Rendimento desportivo aqueles para quem seja efetuada proposta de inscrição pela Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno (FPPM), aceite pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, IP) e de acordo com os critérios estabelecidos no presente regulamento, nos termos previstos no D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- Consideram-se atletas de Seleção Nacional todos aqueles que constam em lista elaborada pela FPPM no início de cada época desportiva, ou que forem integrados nos trabalhos em situação competitiva, ou de estágio ao longo da época. A entrada ou saída da referida lista é efetuada por decisão da Direção, sob proposta do Diretor Técnico Nacional (DTN), consultada a Unidade Técnica de Rendimento (UTR);
- O Alto Rendimento é um meio para o aperfeiçoamento técnico e para a otimização do desempenho desportivo, e não um fim em si. A inclusão de praticantes depende do mérito das classificações e resultados alcançados no plano desportivo internacional;
- A lógica de desenvolvimento do Alto Rendimento evolui de uma base alargada e acessível para um topo muito seletivo de gradual exigência e complexidade;
- A inscrição no Alto Rendimento pode ser efetuada a qualquer momento da carreira desportiva desde que esteja de acordo com os critérios estabelecidos;
- A imagem e o exemplo do praticante de Alto Rendimento são vitais para a motivação de novos praticantes e para a divulgação e promoção do Pentatlo Moderno.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO

ARTIGO 1º NÍVEIS DE REGISTO NO ALTO RENDIMENTO

1. Os praticantes de Alto Rendimento são inscritos no respetivo registo num dos seguintes níveis:
 - a) Nível A;
 - b) Nível B;
 - c) Nível C.
2. A integração nos Níveis A e B decorre das prestações desportivas em competições de elevado nível conforme previsto no Decreto-lei 272/2009 de 01 de Outubro, ajustada à especificidade da modalidade, revista no presente regulamento.
3. A integração no Nível C decorre das prestações desportivas previstas na Portaria 325/2010 de 16 Junho, ajustada à especificidade da modalidade, revista no presente regulamento

ARTIGO 2º - UNIDADE TÉCNICA DE RENDIMENTO

A Unidade Técnica de Rendimento (UTR) tem por missão regular as matérias referentes à aplicação dos critérios e programas vocacionados para o Alto Rendimento e Seleções Nacionais, além de avaliar propostas de desenvolvimento efetuadas pelo Diretor Técnico Nacional (DTN), a integrar o Plano de Atividades Anual da Federação e que contribuam para o crescimento sustentado da modalidade a nível internacional.

1. Composição:
 - 1.1. Diretor Técnico Nacional (DTN);
 - 1.2. Coordenadores, diretores, selecionadores nacionais ou cargos similares, responsáveis por programas específicos de rendimento:
 - 1.2.1. Programa de Esperanças Olímpicas;
 - 1.2.2. Programas Seleções Nacionais;
 - 1.2.3. Outros programas de rendimento;
 - 1.3. Especialistas convidados (EC) pela Direcção FPPM, por especialidade desportiva (disciplinas do pentatlo moderno, fisiologistas, biomecânica, fisioterapia, nutrição, medicina desportivas, etc);

- 1.4. Treinadores dos Praticantes de Alto Rendimento e Seleções Nacionais.
2. Funcionamento:
 - 2.1. Compete ao Diretor Técnico Nacional apresentar as propostas à Direção da FPPM, de regulamentos, tabelas de mínimos, normas e programas de preparação desportiva;
 - 2.2. As Reuniões da UTR são realizadas por convocatória da Direção da FPPM e coordenadas pelo DTN;

CAPITULO II – CRITÉRIOS DE ACESSO AOS NÍVEIS DE ALTO RENDIMENTO

ARTIGO 3º - DEFINIÇÕES

De acordo com o previsto na legislação e com a necessária adaptação às especificidades do Pentatlo Moderno e suas variantes na via não olímpica Biatle, Triatle e Laser Run, consideram-se os seguintes critérios:

1. A modalidade/formato competitivo que integra o Programa Olímpico é o Pentatlo Moderno, que é constituído pelas disciplinas de Esgrima, Natação, Hipismo e Laser Run (Corrida e Tiro, anteriormente denominado de combinado). De acordo com o plano de carreira do pentatleta consideram-se ainda as variantes na via olímpica o Triatlo Moderno e o Tetratlo Moderno nos escalões Sub 17 e Sub 19 respetivamente;
2. O escalão absoluto integra atletas Sénior (sem qualquer limite etário máximo de participação) e Júnior. O escalão imediatamente abaixo do escalão Absoluto é o Sub 19;
3. As modalidades formatos competitivos que não integram o programa Olímpico são o Biatle, o Triatle e o Laser Run (de forma independente, não devendo ser confundido com o Laser Run integrado no Pentatlo Moderno);
4. Pela especificidade do Pentatlo Moderno os resultados obtidos nos Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo, Campeonatos da Europa, Etapas do Circuito da Taça do Mundo e Final do Circuito da Taça do Mundo, são considerados ao mesmo nível competitivo para efeitos de integração em escalões de Alto Rendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e Comité Olímpico de Portugal (COP);
5. O ingresso no Alto Rendimento em Pentatlo Moderno exige participação em competições internacionais Juniores e/ou Séniores disputadas nas cinco disciplinas, requerendo o certificado de Penta-Sela 4 válido, exceto:
 - 5.1 No escalão Sub 19: Provas internacionais de Tetratlo Moderno (natação, esgrima e laser run). Exige-se no último ano do escalão o certificado de hipismo Penta-Sela 3 válido;

5.2 No escalão Sub 17: Provas internacionais de Triatlo Moderno (natação e combinado).

5.3 Praticantes de Biatle, Triatle e Laser Run: Provas internacionais nos escalões descritos em 5., 5.1 e 5.2.

ARTIGO 4º - ACESSO AO ALTO RENDIMENTO NO PENTATLO MODERNO

Os critérios de acesso dos praticantes ao Alto Rendimento (Via olímpica) são os seguintes:

Nível A:

1. Tenham obtido classificação no 1.º terço da tabela em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no Escalão Absoluto;
2. Tenham obtido classificação não inferior ao 3.º lugar em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão imediatamente inferior ao absoluto;
3. Tenham obtido qualificação para os Jogos Olímpicos;
4. Tenham obtido qualificação para a Final do Circuito da Taça do Mundo, Escalão Absoluto.

Nível B:

1. Tenham obtido classificação na 1.ª metade da tabela em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão absoluto;
2. Tenham sido classificados na 1.ª metade da tabela em Campeonatos do Mundo ou Campeonatos da Europa no escalão imediatamente inferior ao absoluto;

Nível C:

1. Tenham obtido resultados desportivos em conformidade com os critérios de Integração que lhes permitam o acesso ao Programa de Preparação Olímpica do C.O.P.;
2. Tenham sido apurados para os Jogos Olímpicos da Juventude;
3. Tenham obtido classificação nos três primeiros quartos da tabela classificativa em Campeonatos da Europa e/ou Mundo nos escalões inferiores ao Absoluto e que não reúnam os critérios necessários para a integração nos níveis A e B previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 272/2009, de 1 de outubro;

ARTIGO 5º - ACESSO AO ALTO RENDIMENTO NO BIATLE, TRIATLE E LASER RUN

Os critérios de acesso dos praticantes ao Alto Rendimento (Via Não Olímpica) são os seguintes:

Nível A:

1. Tenham obtido classificação não inferior ao 8º lugar em Campeonatos do Mundo ou da Europa desde que corresponda ao primeiro terço da tabela no escalão absoluto.
2. Tenham obtido classificação não inferior ao 3º lugar em Campeonatos do Mundo ou da Europa com número de participantes não inferior a 24 no escalão Sub 19.

Nível B:

1. Tenham obtido classificação no primeiro terço da tabela em Campeonatos do Mundo ou da Europa no escalão absoluto.
2. Tenham obtido classificação não inferior ao 8º lugar em Campeonatos do Mundo ou da Europa com número de participantes não inferior a 24 no escalão Sub 19.

Nível C:

1. Tenham obtido classificação não inferior ao 8º lugar em Campeonatos do Mundo ou da Europa de competições de escalões inferiores ao absoluto com um número de participantes não inferior a 20 e que não reúnam critérios necessários para integração nos níveis A e B previstos no artigo 7º do Decreto-Lei nº 272/2009 de 1 de Outubro.
2. Tenham obtido classificação não inferior ao 3º lugar em competições com participação de um número de praticantes desportivos não inferior a 36, pertencentes a 16 países em que 8 desses participantes devem ter tido classificação até ao 20º lugar no último Campeonato da Europa ou do Mundo ou Ranking mundial da modalidade no respetivo escalão etário.

Nota: Consultar legislação vigente sobre as provas que atribuem obtenção de Nível A, B e C

ARTIGO 6º - CRITÉRIOS DE PERMANÊNCIA

A permanência nos diferentes níveis de registo de Alto Rendimento depende da obtenção de resultados no prazo de 12 meses definidos pelos critérios de acesso que constam dos artigos 4.º e 5.º, do presente regulamento.

CAPITULO III – DIREITOS E DEVERES DO PRATICANTES DESPORTIVO

ARTIGO 7º - DIREITOS DO PRATICANTE DO ALTO RENDIMENTO

Os praticantes de Alto Rendimento usufruem dos direitos previstos no D.L. 272/2009 de 01 de Outubro, e outros referenciados no presente regulamento, nomeadamente:

1. Ao nível do regime escolar nos termos consignados nos artigos 14.º a 22.º do D.L.272/2009 de 01 de Outubro;
2. Na dispensa temporária de funções, nos termos consignados nos artigos 23.º e 24.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
3. No acesso a formação superior, especializada e profissional, nos termos consignados nos artigos 27.º a 29.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
4. Mediante proposta do Diretor Técnico Nacional, participar em provas internacionais para as quais for selecionado, conforme mínimos de acesso indicados no Anexo I;
5. Aceder ao plano anual de preparação que inclui estágios e/ou concentrações FPPM;
6. Ativar um plano individual de preparação (PIP) que representa uma opção de cumprimento de um plano anual de preparação privilegiadamente no seio do próprio clube;
7. Usufruir de condições especiais de utilização de infraestruturas desportivas no âmbito do PIP, nos termos consignados no artigo 31.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
8. Usufruir de apoio médico via IPDJ, nos termos consignados no artigo 33.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro, no C.A.R. - Jamor;
9. Mediante a obtenção de resultados desportivos receber os “Prémios de Mérito Desportivo” (PMD) ao abrigo do D.L. 211/98 de 3 de Abril, nos termos consignados no artigo 32.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
10. Estar abrangido por um seguro especial nos termos dos D.L. 10/2009 de 12 Janeiro;
11. Usufruir das medidas de apoio pós carreira nos termos consignados no artigo 39.º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
12. Receber, a título condicional o equipamento desportivo oficial quando selecionado para treinar, ou para representar o País;
13. Receber relatórios de desempenho em estágios, concentrações, ou provas internacionais.

ARTIGO 8º - DEVERES DO PRATICANTE DE ALTO RENDIMENTO

O praticante de Alto Rendimento é abrangido pelos deveres previstos no D.L. 272/2009 de 01 de Outubro e outros referenciados no presente regulamento, nomeadamente:

1. Respeitar normas e critérios constantes no contrato de Alto Rendimento e no presente regulamento;
2. Respeitar os planos nacionais apresentados pela FPPM, com recomendações do COP, ou IPDJ, bem como integrar as Seleções Nacionais quando para elas for convocado;
3. Participar no Campeonato Nacional do respetivo escalão etário;
4. Cumprir as diretivas emanadas pelo DTN, UTR e Direção da FPPM;
5. Indicar pelo menos um treinador do clube, detentor de um TPTD em Pentatlo Moderno, para o acompanhamento em treinos ou competições conforme exigido por Lei;
6. O DTN ou outro treinador nomeado pela Direção FPPM, quando necessário podem assumir a orientação de treinos, estágios, concentrações, ou provas internacionais;
7. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da FPPM, da Seleção Nacional e de Portugal;
8. Realizar exames de carácter aleatório em competição ou fora dela, determinados pela Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP), entidade competente para o efeito;
9. Apresentar no final de cada época o seu currículo com as competições, resultados, posição de ranking, etc., além de mencionar o equipamento FPPM que se encontra ao seu dispor;
10. Cumprir as normas de segurança em qualquer situação de treino ou competição, nomeadamente, quanto à obrigatoriedade do uso de toque no hipismo e fato regulamentar completo na esgrima.
11. Utilizar o equipamento desportivo oficial da FPPM, zelando pela sua conservação em viagens, treinos ou competições, para os quais tiver sido selecionado, de acordo com as instruções emanadas pelos Diretores e/ou Técnicos mandatados para o efeito;
12. Estar disponível para eventos de natureza pública para promoção do Pentatlo Moderno, ou do desporto em geral, salvo impossibilidade devidamente justificada;
13. Logo que decida deixar de integrar os planos e programas de provas ou competições desportivas com vista à obtenção de resultados desportivos de alto nível, deve informar a FPPM, Comité Olímpico e IPDJ;
14. Cumprir as normas de representação nacional.

ARTIGO 9º - NÃO CUMPRIMENTO DOS DEVERES

O não cumprimento de um ou mais dos deveres previstos nos Artigos 8º é passível de procedimento disciplinar.

CAPITULO IV – ATLETAS DAS SELEÇÕES NACIONAIS

ARTIGO 10º - ATLETAS DAS SELEÇÕES NACIONAIS

1. São considerados atletas das Seleções Nacionais (SN) os praticantes desportivos que não fazendo parte do registo de Alto Rendimento, constem em lista elaborada pela FPPM no início de cada época desportiva, ou que venham a integrar os trabalhos em situação competitiva, estágios, ou concentrações ao longo da época. A entrada ou saída da referida lista é efetuada por decisão da Direção da FPPM, sob proposta do Diretor Técnico Nacional;
2. Consideram-se "praticantes desportivos de Seleções Nacionais" todos os que a partir do escalão de Sub17 constem de lista elaborada e atualizada pela FPPM;
3. Consideram-se ainda Praticantes Desportivos de Interesse Nacional em Grupos de Idade (GI), todos abaixo do escalão de Sub17 que venham a representar o País em provas internacionais, sob convocatória da FPPM, mediante normas específicas.

ARTIGO 11º - DIREITOS DOS ATLETAS DAS SELEÇÕES NACIONAIS

Os atletas das Seleções Nacionais têm os seguintes direitos:

3. Mediante proposta do DTN, participar em provas internacionais para as quais for selecionado, conforme mínimos de acesso definidos no Anexo I;
4. Usufruir do apoio médico fornecido enquanto estiver convocado pela FPPM;
5. Utilizar o equipamento desportivo oficial da FPPM, zelando pela sua conservação, em viagens, treinos, ou competições, para os quais tiver sido convocado de acordo com as instruções emanadas pelo Diretor Técnico Nacional e/ou Direção FPPM.

ARTIGO 12º - DEVERES DOS ATLETAS DAS SELEÇÕES NACIONAIS

Os atletas das Seleções Nacionais têm os seguintes deveres:

1. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da FPPM, da Seleção Nacional e de Portugal;
2. Cumprir as diretivas emanadas pelo DTN e Direção da FPPM para ingresso na SN, em especial a avaliação da condição atlética antes das competições internacionais;
3. Apresentar no final de cada época o seu currículo com as competições, resultados, posição de ranking, etc., além de mencionar o equipamento FPPM que se encontra orientado para a preparação individual via clube;
4. Indicar pelo menos um treinador do clube, detentor de um TPTD em Pentatlo Moderno, para o acompanhamento em treinos ou competições conforme exigido por Lei.
5. Cumprir as normas de segurança em qualquer situação de treino ou competição, nomeadamente, quanto à obrigatoriedade do uso de toque no hipismo e fato regulamentar completo na esgrima;
6. Participar com empenho nos estágios e nos controlos de treino marcados pela FPPM para que forem convocados de acordo com ponto 1 do artigo 12.º;
7. Utilizar o equipamento desportivo oficial da FPPM, zelando pela sua conservação em viagens, treinos, ou competições, para os quais tiverem sido selecionados de acordo com as instruções e normas de utilização;
8. Cumprir com as normas de representação nacional.

ARTIGO 13º - NÃO CUMPRIMENTO DOS DEVERES

O não cumprimento de um ou mais deveres previstos no Artigo 12.º é passível de procedimento disciplinar.

CAPITULO V – DIREITOS E DEVERES DOS AGENTES DESPORTIVOS

ARTIGO 14º - DIREITOS

Os treinadores e árbitros desportivos de Alto Rendimento, inscritos no registo de agentes desportivos de Alto Rendimento, beneficiam, com as necessárias adaptações, do disposto nos artigos 15.º a 24.º, do D.L. 272/2009, de 01 de Outubro.

ARTIGO 15º - DEVERES

1. À Direção FPPM compete:

- 1.1. Dirigir e coordenar as matérias relacionadas com o alto rendimento;
- 1.2. Observar os trabalhos realizados pelo DTN e UTR;
- 1.3. Ratificação final das propostas apresentadas pelo DTN;
- 1.4. Fazer a ligação com responsáveis das Associações e Clubes para o enquadramento das medidas desportivas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais;
- 1.5. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da Seleção Nacional e de Portugal;
- 1.6. Propor normas de representação nacional e outras adendas ao regulamento necessárias à execução dos objetivos contratualizados com IPDJ e/ou COP.

2. Ao Diretor Técnico Nacional compete:

- 1.7. Coordenar a UTR, nomeadamente os coordenadores, diretores técnicos ou outros cargos similares integrados na UTR que tenham sido nomeados para auxiliar o DTN em programas específicos de rendimento desportivo;
- 1.8. Elaborar e propor os critérios de desempenho, nomeadamente mínimos de integração em programas de rendimento e participações em competições de seleções nacionais (SN), à Direção FPPM, que depois de aprovados, serem publicitados como definido nas normas federativas;
- 1.9. Acompanhar e dirigir atletas de ARSN em estágios ou concentrações e competições;
- 1.10. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da FPMM, da Seleção Nacional e de Portugal;

- 1.11. Coordenar o apoio médico, psicológico e nutricional a prestar aos atletas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais pelo CAR;
 - 1.12. Efetuar o levantamento das necessidades administrativas, técnicas e de logística, em ligação com o Secretário Técnico e Direção FPPM;
 - 1.13. Coordenar o enquadramento científico de apoio ao desenvolvimento do Alto Rendimento e Seleções Nacionais (avaliação, controlo e otimização do treino);
 - 1.14. Propor à Direção FPPM, elementos da UTR para o substituir nas representações oficiais, institucionais (I.P.D.J. e C.O.P.), ou desportivas (competições, estágios ou concentrações).
3. Aos Coordenadores, diretores, selecionadores nacionais ou cargos similares, responsáveis por programas específicos de rendimento, compete:
- 3.1. Colaborar com o DTN no planeamento, organização e coordenação do ou dos programas de rendimento desportivo para os quais foi nomeado;
 - 3.2. Coordenar os treinadores dos atletas de alto rendimento e seleções nacionais integrados no ou nos programas para os quais foi nomeado;
 - 3.3. Acompanhar no terreno o treino realizado pelos atletas em estágios ou concentrações;
 - 3.4. Acompanhar atletas integrados em SN e Alto Rendimento em competições integradas no ou nos programas para os quais foi nomeado;
 - 3.5. Elaborar relatórios técnicos de estágios, concentrações e representações internacionais integradas no ou nos programas para os quais foi nomeado;
 - 3.6. Apoiar a formação técnica de outros treinadores integrados no ou nos programas para os quais foi nomeado;
 - 3.7. Cumprir as diretivas emanadas pelo DTN, UTR e da Direção da FPPM;
 - 3.8. Cumprir as normas de representação Nacional.
4. Aos treinadores dos atletas de alto rendimento e seleções nacionais compete:
- 4.1. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da FPPM, da Seleção Nacional e de Portugal;
 - 4.2. Colaborar com o DTN no planeamento e concretização do processo do treino desportivo;
 - 4.3. Acompanhar no terreno o treino realizado pelos atletas em estágios ou concentrações;
 - 4.4. Acompanhar as SN quando for convidado pela FPPM mediante convocação dos atletas que orienta, ou coopera oficialmente na preparação, via Clube, ou Associações;
 - 4.5. Elaborar relatórios técnicos quando convocado para representação nacional quando não acompanhado por DTN ou técnico nomeado FPPM;
 - 4.6. Promover a ligação harmoniosa entre a FPPM, Associações, Clubes e Atletas no enquadramento social e desportivo dos atletas;
 - 4.7. Apoiar a formação técnica de outros treinadores;

- 4.8. Participar nos cursos e ações de formação para que for nomeado pela FPPM;
 - 4.9. Cumprir as diretivas emanadas pelo DTN, UTR e da Direção da FPPM;
 - 4.10. Cumprir as normas de representação Nacional.
5. Aos árbitros que integram as delegações nacionais compete:
- 5.1. Prestar informação e formação técnica;
 - 5.2. Arbitrar as competições Internacionais para que forem nomeados;
 - 5.3. Em todas as circunstâncias adotar um comportamento exemplar de forma a valorizar a imagem do Pentatlo Moderno, da FPPM, da Seleção Nacional e de Portugal;
 - 5.4. Cumprir as normas de representação Nacional.

ARTIGO 16º - NÃO CUMPRIMENTO DOS DEVERES

O não cumprimento de um ou mais deveres previstos no Artigo 15.º é passível de procedimento disciplinar.

CAPITULO VI – CONVOCATÓRIAS

ARTIGO 17º - CONVOCATÓRIAS

As convocatórias são sempre realizadas pela Direção da FPPM, mediante publicitação de acordo com os estatutos da federação, segundo os seguintes critérios:

1. Os atletas de Seleção Nacional são convocados mediante obtenção de mínimos de participação;
2. Os atletas em Alto Rendimento são convocados mediante obtenção de mínimos de participação e critérios definidos em contrato programa individual;
3. Todos os treinadores convocados para o acompanhamento técnico em representações internacionais, deverão ser detentores de Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD), Grau 2, com exceção dos Campeonatos da Europa, Campeonatos do Mundo, Taças do Mundo e Jogos Olímpicos que deverão os mesmos ser detentores de TPTD, Grau 3. Todas as exceções carecem de autorização direta do IPDJ;

4. Sempre que possível, as representações deverão estar representadas no mínimo por um técnico nacional e o treinador com maior número de atleta convocados;
5. Em caso de a FPPM não conseguir suportar financeiramente o acompanhamento a mais do que um técnico, o treinador de clube com maior número de atletas numa convocatória de representação de competição internacional, apresenta prioridade no acompanhamento técnico na referida competição;
6. Quando numa convocatória para a representação em competição internacional, os clubes apresentem igual número de atletas convocados, o treinador com o atleta ou atletas melhor classificados em ranking internacional, tem prioridade na convocatória. Sempre que possível, deverá a FPPM assegurar um sistema de rotatividade na convocatória de treinadores;
7. Para convocatórias de estágios internacionais onde tenham sido convocados mais do que um atleta, o acompanhamento técnico deverá ser assegurado, com prioridade, pelo DTN ou Diretor Técnico de programas de Seleções Nacionais e/ou Alto Rendimento.

ENCERRAMENTO

O presente documento é composto por 17 artigos, um Anexo 1 e um Anexo 2, foi aprovado em reunião de Direção da FPPM em 16 de Dezembro de 2019, entrando em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

ANEXO 1 – CRITÉRIOS DE ACESSO A COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS

1. O período de apuramento inicia-se a 1 de Outubro do ano anterior;
2. Consideram-se provas internacionais B – Nível 3, segundo regulamento UIPM, competições com um número mínimo de 24 atletas em representação de 6 países;
3. Atletas com Mínimos de acesso a Campeonatos da Europa são convocados atendendo ao ranking de pontuação estabelecido a partir de 1 de Outubro do ano anterior. O limite de representantes de Portugal é considerado pelo definido nos regulamentos de cada prova (Convite), e atenderá ainda ao orçamento disponível;
4. As pontuações requeridas para participação na T. Mundo e/ou C. Mundo devem ser obtidas em Provas B ou superiores;
5. Para participação em Campeonatos da Europa, Campeonatos do Mundo e Taças do Mundo, é obrigatório que o atleta tenha obtido os Mínimos de acesso, e cumprido os critérios definidos para cada escalão.
6. Os tempos de Natação devem ser obtidos em piscina de indiferentes dimensões;
7. A comparticipação financeira da FPPM a competições internacionais, apresenta 3 escalões: 0% ou sem comparticipação, 50% de comparticipação e 100% de comparticipação.
8. A FPPM reserva sempre o direito de avaliar a condição física, técnica e psicológica do atleta qualificado e o direito de decidir a sua capacidade e aptidão para um bom desempenho na (s) prova (s) em questão;
9. À exceção do C. da Europa, do Mundo e T. do Mundo, a participação no calendário internacional da UIPM também é possível quando não suportada financeiramente pela FPPM. Neste sentido os clubes com atletas com Mínimos, devem obrigatoriamente, solicitar a inscrição de atletas seus em competições internacionais com a antecedência mínima de 30 dias;
10. Situações omissas serão objeto de análise e decisão pela Direção Técnica e ratificada pela Direção da FPPM.

CATEGORIA SUB-17

O escalão sub-17 apresenta mínimos de acesso a participações em Competições Internacionais, critérios de acesso a C. da Europa, e critérios de acesso a C. do Mundo:

- Mínimos C para participação em Competições Internacionais (Sem comparticipação);
- Mínimos B de representação em Competições Internacionais (50% Comparticipação);
- Mínimos A de representação em Competições Internacionais (100% Comparticipação);
- Critérios de acesso ao Campeonato da Europa em Portugal (Anexo 2) (100% Comparticipação);
- Critérios de acesso ao Campeonato do Mundo (100% Comparticipação).

Todas as competições de Sub17 consideradas para efeitos de obtenção de mínimos serão realizadas em triatlo moderno (Natação e Laser Run).

QUADRO RESUMO COM TABELA DE PONTUAÇÃO EXIGIDA

	<i>Competições Internacionais</i>			<i>Campeonato da Europa em Portugal</i>	<i>Campeonato do Mundo</i>
	Mínimos C	Mínimos B	Mínimos A		
MASCULINOS	780	860	880	Anexo 2	Alto Rendimento com mínimo A
FEMININOS	671	740	755		
Obtenção de Mínimos	Competições Nacionais e/ ou Internacionais do calendário da FPPM e/ou UIPM				Campeonato da Europa
Acesso a Competições	Participação em Competições Internacionais	Representação em Competições Internacionais			Representação no Campeonato do Mundo
Comparticipação Financeira	0%	50%	100%		100%

CATEGORIA SUB-19

O escalão sub-19 apresenta mínimos de acesso a participações em Competições Internacionais, critérios de acesso a C. da Europa, e critérios de acesso a C. do Mundo:

- Mínimos C para participação em Competições Internacionais (Sem comparticipação);
- Mínimos B de representação em Competições Internacionais (50% Comparticipação);
- Mínimos A de representação em Competições Internacionais (100% Comparticipação);
- Critérios de acesso ao Campeonato da Europa (Anexo 2) (100% Comparticipação);
- Critérios de acesso ao Campeonato do Mundo (100% Comparticipação).

Os atletas sub-19 de último ano, cumulativamente aos critérios de acesso ao Campeonato da Europa e Campeonato do Mundo, poderão ter de realizar momentos de Avaliação e Controlo de Treino.

QUADRO RESUMO COM TABELA DE PONTUAÇÃO EXIGIDA

	<i>Competições Internacionais</i>			<i>Campeonato da Europa em Portugal</i>	<i>Campeonato do Mundo</i>	
	Mínimos C	Mínimos B	Mínimos A			
MASCULINOS	948	1040	1080	Anexo 2	Alto Rendimento com mínimo A	
FEMININOS	813	880	930			
Obtenção de Mínimos	Competições Nacionais e/ ou Internacionais do calendário da FPPM e/ou UIPM				Campeonato da Europa	
Acesso a Competições	Participação em Competições Internacionais	Representação em Competições Internacionais				Representação no Campeonato do Mundo
Comparticipação Financeira	0%	50%	100%			100%

JUNIORES /SENIORES

Os escalões de Juniores e Seniores apresentam mínimos de acesso a participações em Competições Internacionais:

- Mínimos para participação em Competições Internacionais (Sem comparticipação);
- Mínimos de representação em Competições Internacionais (50% Comparticipação);
- Mínimos de acesso ao Campeonato da Europa, Campeonato do Mundo e Taças do Mundo (100% Comparticipação).

A obtenção de mínimos de acesso para participações em competições internacionais de Juniores terá de ser realizada em competições de Juniores.

A obtenção de mínimos de acesso a participações em competições internacionais de Seniores terá de ser realizada em competições de Seniores.

Os atletas Juniores e Seniores, cumulativamente aos mínimos de acesso ao Campeonato da Europa e Campeonato do Mundo, poderão ter de realizar momentos de Avaliação e Controlo de Treino.

QUADRO RESUMO COM TABELA DE PONTUAÇÃO EXIGIDA

	Competições Internacionais Mínimos C	Competições Internacionais Mínimos B	Campeonato da Europa / Mundo / Taças do Mundo Mínimos A
MASCULINOS	968 *	1090 *	1368
FEMININOS	797 *	934 *	1204
	*Tetratlo Moderno	*Tetratlo Moderno	
Obtenção de Mínimos	Competições Nacionais e/ ou Internacionais do calendário da FPPM e/ou UIPM.		Competições Internacionais – B
Acesso a Competições	Participação em Competições Internacionais	Representação em Competições Internacionais	Campeonato da Europa e do Mundo
Comparticipação Financeira	0%	50%	100%
Penta Sela 4	Sim		

NOTA IMPORTANTE: Em caso de participação no Campeonato da Europa só em caso de apuramento para a Final da prova é validado o acesso ao Mundial.

ANEXO 2 – CRITÉRIOS DE ACESSO AO CAMPEONATO DA EUROPA SUB17 E SUB19 EM PORTUGAL

A realização do Campeonato da Europa em Portugal, a decorrer entre 6 e 14 de Junho de 2020, na cidade de Caldas da Rainha constituirá um novo impulso no desenvolvimento da modalidade, ao proporcionar uma excelente oportunidade de representação de Portugal em competições internacionais, para atletas dos escalões de sub17 e sub19, já que a quota de participação como país organizador permite a inclusão no máximo de 24 jovens distribuídos pelas várias categorias e géneros.

O programa "Operação à Descoberta", cujo objetivo tem sido o de identificar e recrutar atletas com especiais aptidões para o Pentatlo Moderno com vista à participação a curto prazo neste Campeonato da Europa e a médio prazo nos Jogos Olímpicos da Juventude 2022 a realizar-se em Dakar no Senegal, constituiu o primeiro passo para a formação das equipas de Selecção Nacional de Sub17 e Sub19. Importa agora definir os critérios de acesso a esta competição, de modo a que os clubes possam planear e orientar a preparação dos seus atletas, e candidatá-los a entrar no grupo de jovens seleccionados, nesta primeira fase para a competição que se organiza nas Caldas da Rainha, começando por clarificar as características da competição, que apresenta formato diferente nos dois escalões. Assim os Sub17 competirão em Triatlo Moderno e os Sub19 em Tetratlo Moderno, o que implicará critérios diferenciados para cada um dos dois escalões.

Nesse sentido, os critérios de acesso deverão ser alinhados com o formato de competição, o que implica que os Sub17 deverão ser seleccionados com pontuação de Natação e Laser Run (Triatlo) e aos Sub19 deverá ser acrescentada a Esgrima (Tetratlo).

Assim o critério de apuramento deve focar-se na pontuação obtida em competição de Triatlo para os Sub17 e de Tetratlo para os Sub19, valorizando a obtenção da melhor pontuação de cada atleta.

Não obstante, e de modo a garantir o alinhamento com uma estratégia de futuro, valorizando o investimento desportivo na disciplina de Esgrima que alguns atletas mais jovens têm vindo a fazer, todas as competições de Sub17 do calendário nacional deverão ser em formato de Tetratlo, elaborando em simultâneo um ranking de pontuação em Triatlo para identificar os seis mais pontuados de cada género.

Já no que diz respeito aos Sub19 o critério é de tudo idêntico aos Sub17, seleccionando-se as melhores seis pontuações em Tetratlo.

No sentido de garantir o mínimo de qualidade nas prestações dos atletas portugueses as seis melhores pontuações de Sub17 em Triatlo e Sub19 em Tetratlo, deverão ficar sujeitas, apesar das quotas a que Portugal tem direito, a uma pontuação mínima igual ao mínimo C estabelecido para participação em competições internacionais.

Em caso de empate na pontuação entre alguns dos seis atletas mais pontuados aplica-se, para desempate, a segunda melhor pontuação entre os atletas empatados, utilizando o mesmo critério em relação às pontuações seguintes.

Não serão convocados atletas para compor as Seleções Nacionais que implique subida de escalão em dois escalões acima.